

**PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE NOS  
PALOP**

**MEMO Nº1 /2010**

**REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2010**

**TEMAS ABORDADOS E CONCLUSÕES**

## **1. Contexto**

Tal e como foi acordado na primeira reunião do projecto, durante esta fase de arranque seriam realizados encontros entre as partes envolvidas na execução do projecto, com periodicidade quinzenal ou mensal e rotação dos locais.

Esta reunião foi solicitada pela UGP à UTA, DELCE E OMS, via e-mail,

## **2. Objectivo da reunião**

A reunião do dia 12 teve como objectivo partilhar com os intervenientes do Projecto a evolucao do mesmo, traduzido nos pontos seguintes da agenda de trabalhos:

### **1. PONTO DE SITUAÇÃO DO PROJECTO**

#### **OPA**

- *Actividades realizadas ( MC, PAMA, OP1)*
  - *Instalação da UGP e das UCN*
- *Encerramento do OPA*

#### **OP1**

- *Situação actual. Dificuldades para a sua implementação*
- *TDR para as Missões de curta duração*
- *Coordenação com a OMS para realização de algumas actividades de formação*

### **2. ADENDAS**

**CF.** *Justificação ( integração Timor-Leste, Extensão do período de execução, Regra D+3, Extensão do contrato da AT à UGP, Coordenadores Nacionais)*

**Contrato da AT** *( Garantir a execução do projecto durante toda o período da CF , incorporação das MCD para facilitar a sua implementação)*

#### **OP1**

### **3. COMITÉ DE COORDENAÇÃO**

- *Justificação*
- *Datas prováveis ( Fim de Março ou Junho, vantagens e desvantagens )*
- *Local. Cabo Verde*

### **4. DIVERSOS**

### 3. Participantes

A reunião foi realizada nas instalações do Complexo de Ciências da Saúde, entre as 10, 30 e as 13, 15 horas do dia 12 de Dezembro, tendo nela participado:

A Dr Raul Feio em Representação da DELUE em Luanda;

O Dr J. A Fortes e o Dr. Daniel Mucuta, em representação da UTA;

O Dr Ngola, em representação da OMS

O Dr Óscar Isalino e a Dra Laurinda, em representação do MINSA

O Dr José Fernandes e a Dra. Juliana Garcia pela UGP

### 4 . Desenvolvimento da reunião

A equipa da UGP apresentou um esboço da agenda, que tinha sido previamente enviada por email , para análise e aprovação. A agenda foi aprovada pelos participantes. Entregou-se também uma cópia da Ficha do Projecto, actualizada em 6 de Janeiro de 2010.

#### 4.1 Orçamento Programa de Arranque ( OPA)

**A Chefe da equipa de AT** informou que foram realizadas todas as actividades previstas no mesmo, tendo-se procedido à apresentação de um breve resumo de cada uma delas, nomeadamente:

- Desenvolvimento da **Missão Circular** nos países e o envolvimento dos beneficiários na mesma, sua importância para clarificar os aspectos de carácter Regional do projecto, apresentação e análise do PAMA, indicação dos Coordenadores Nacionais, etc. Informou-se que no fim da mesma foi realizado um memorandum, que foi distribuído aos países, via email, e cuja versão em papel foi apresentada como Anexo no relatório trimestral para o período de 01 de Setembro a 30 de Novembro , que será apresentado pela AGRICPONSULTIING nos próximos dias;
- **PAMA**. Foi elaborado e enviado por email aos países antes da missão circular, e entregue em papel aos Beneficiários, ON e DELCE, durante a mesma tendo então sido analisado com bastante pormenor com as DNRH. Foi aprovado pelos países, por email , por impossibilidade de realização da sessão de Vídeo conferencia; O Dr Fortes lembrou e insistiu na necessidade de os países enviarem carta formal confirmando a aprovação, para que conste em arquivo. Informou-se que alguns deles já tinham enviado carta nesse sentido;
- Elaboração e aprovação do **OP1** com data de 15 de Dezembro. A UGP frisou e agradeceu todo o apoio e os esforços desenvolvidos por parte do ON e da DELCE, para agilizar o processo de aprovação em tempo record;
- Quanto à instalação da UGP (Escritórios da Praia e de Luanda), a Chefe de equipa informa que já estão operativas . O escritório da UGP da cidade daPraia está

localizada no Centro de Desenvolvimento Sanitário do Ministério da saúde e a de Luanda no complexo de Ciências da Saúde de Luanda;

- Para facilitar os processos de gestão da UGP foram contratados serviços que visam automatizar o processo da administração e gestão (Adquirido o software de contabilidade SARA; Desenvolvido um sistema informático para a gestão documental; Contratado o acesso a serviços de web server, etc);
- Quanto às UCN, com a excepção da de Angola e apesar da insistência por parte da UGP, ainda não foi possível realizar a instalação das UCN, principalmente por não terem sido submetidas à UGP, as listagem de necessidades e correspondentes facturas pró-formas, tal e como foram informadas tanto na missão circular, como através de ofício no final do mês de Outubro. Esta situação implicou evidentemente uma taxa de execução inferior à prevista nesta componente do OPA.
- Com o objectivo de apoiar as UCN, a Chefe da equipa informou que no OP1 estão previstas verbas para o efeito, informação de que já se deu conhecimento aos países. Tanto o ON, como a DelCE, e o MINSA concordaram com esta proposta.
- Para realizar as actividades previstas no OPA, nomeadamente a instalação da UGP, o consórcio AGRICONSULTING EUROPE SA, realizou adiantamentos de fundos, que se regista e agradece pelo facto de se terem revelado fundamentais para a execução do OPA.
- Quanto ao encerramento do OPA, Administrador José Fernandes, informou que em 06 de Janeiro foi apresentado o relatório síntese de encerramento devendo o Relatório Final ser apresentado até ao dia 06 de Março de 2010.

Algumas dificuldades surgidas com a garantia bancária apresentada pela empresa e a necessidade de modificar a mesma, implicaram demora na transferência de fundos por parte da CE para a conta do OPA, sendo que, como indicado acima, estes fundos foram antecipados pela AGRiconsulting. Informou-se que os fundos da CE foram creditados na conta do OPA em 16 de Dezembro. Finalmente e em relação ao OPA, informou-se que foi realizado e distribuído um relatório de síntese do OPA a 06 de Janeiro de 2010, com os dados disponíveis nessa data. A taxa de execução financeira foi inferior à prevista, situando-se em aproximadamente em 50%. Apesar disso todas as actividades técnicas previstas no OPA foram executadas. Como acima se referiu, estão em curso as operações de encerramento do OPA sendo a data de 6 de Março o limite para a apresentação do Relatório.

#### ▪ **4.2 Orçamento Programa N° 1(OP1)**

A Equipa de AT à UGP informou que a data de aprovação do OP1 ocorreu a 15 de Dezembro 2009 e o período de execução decorre até 14/12/2010.

O Dr Fortes informou que já tinham recebido a garantia bancária da Agriconsulting para processar o Ordem de pagamento de adiantamento de fundos à conta do OP1, devendo a Gestora de fundos e o Contabilista do OP1 proceder à elaboração de pedido ao OR nesse sentido.

O Dr Feio referiu que a garantia bancária deveria ser enviada previamente para validação e inscrição no CRIS pela DelCE de forma independente do resto da documentação. A proposta foi aceite pelo ON, e indicou que seria enviada à DelCE com a maior brevidade.

Em relação ao procedimento a seguir na entrega dos futuros OP, o Dr Feio coloca duas questões práticas:

- Que seja enviada para validação a conta bancária do correspondente OP de forma autónoma e com antecipação ao envio do documento do OP;
- Que as datas de execução do referido OP sejam deixadas em aberto, adoptando-se modelos de calendarização do tipo Mês 1, mês 2 ...etc e n+1, n+2, etc.. Este formato permitirá o registo de datas manuscritas, flexibilizando desta forma o processo de aprovação. As recomendações mereceram a concordância dos presentes.

Quanto aos aspectos técnicos do OP1, a Equipa de AT da UGP retomou os elementos já tratados na reunião de Coordenação de 10 de Novembro de 2009 e referidos no MEMO Nº 7, sobre a complexidade, dificuldade e risco de baixa execução das missões de curta duração serem realizadas em modalidade de administração directa em OP.

Informou-se que já foram elaborados e enviados para os países para análise, os TDR para três MCD, aguardando os seus contributos a integrar nos mesmos se forem considerados pertinentes. Fixou-se o prazo limite de duas semanas para o posterior envio ao ON para aprovação.

Explicou-se de forma resumida algumas das características das três missões de curta duração previstas.

Foram aprofundadas as vantagens e desvantagens dos contratos quadros para contratação dos consultores. O Administrador informa que esta era uma das modalidades de contratação das MCD prevista na primeira versão do OPA e que finalmente foi retirada.

O Dr Fortes sugeriu que enquanto se aguarda a recepção dos contributos dos países, e antes do envio da documentação para a aprovação do ON, fossem tratados "informalmente" com a DelCE os aspectos relativos à modalidade de contratação e sua repercussão nos Cadernos de Encargos.

O Dr Ngola da OMS abordou e alertou sobre a questão dos prazos previstos para as consultorias bem como na necessidade de envolvimento dos países beneficiários através da integração nas equipas de assistência técnica de especialistas locais.

Nesse sentido propôs:

- Que seja solicitado aos países que enviem atempadamente a documentação disponível sobre os temas das consultorias, para esta ser submetida aos consultores;
- Envolver a peritos locais na realização das consultorias,
- O ON e a DelCE propuseram que, devido as sinergias existentes entre as três consultorias propostas, se avalie a viabilidade de elaborar um caderno de encargos único, que envolva os conteúdos das três actividades;
- Se analise com profundidade as vantagens e desvantagens da contratação com recurso a consultores independentes ou através de Gabinetes especializados.

A Chefe da equipa comunicou aos presentes da permanente coordenação com o Dr Mário dal Poz, da OMS Genebra para a organização de dois cursos de média-longa duração previsto no PAMA e OP1, nas áreas de RHS e Gestão em Saúde. A Instituição Brasileira Fiocruz dispõe de um programa formativo nestas áreas, validado no Brasil e outros países de América Latina. O Dr Dal Poz está actuando como intermediário neste processo, cujos contributos foram reconhecidos e agradecidos. Tendo em conta que a Convenção de Financiamento não permite a participação de instituições brasileiras, mas apenas de consultores fora do espaço ACP, a Fiocruz está analisando diversas

alternativas , entre elas que alguma instituição PALOP ou Europeia , nomeadamente portuguesas ( IHMT de Lisboa) assumam os pacotes formativos da Fiocurz. Entre os PALOP a ENS de Angola, desenvolve acordos de parceria com esta instituição brasileira, contudo devem ser tidos em conta elevados custos que implicam a sua execução em Angola. No entanto a equipa da UGP informa que um dos resultados esperados da consultoria de análise dos sistemas formativos será identificar instituições que possam responsabilizar-se pelas actividades de formação ou capacitação, tanto de carácter regional, como nacional, previstas no PAMA e OP1.

Analisaram-se com alguma profundidade as modalidades de implementação das formações de média-longa duração com recurso a Tecnologias e metodologias mais inovadoras, nomeadamente na modalidade semi-presencial.

O Dr Ngola enfatizou a importância de se proceder a uma selecção criteriosa dos beneficiários das formações, assim como garantir o enquadramento dos mesmos após a formação. Insistiu na carência de quadros formados na área de RHS e da urgente necessidade de criar capacidades nacionais neste domínio.

### **4.3 .Adendas**

Foi tratado o tema da necessidade de elaborar Adendas à CF, ao Contrato de AT e ao OP1

#### ***Quanto à adenda da Convenção de financiamento.***

O Dr Feio perguntou se o ON já tinha elaborado algum documento ao que o DR Fortes respondeu que estava à espera da justificação da mesma por parte da UGP.

Foram analisados os principais elementos que deveriam integrar a adenda: integração de TL nas actividades do projecto, extensão do período de execução por 12 meses e contratação dos coordenadores técnicos.

A ideia inicial da AT a UGP, já desde início de Novembro, era de se avançar rapidamente com a adenda à CF para integrar TL , mas tal e como indicado no MEMO N°7 , após a análise detalhada desta proposta inicial, verificou-se que a participação de TL e a extensão do período de execução do projecto, implicará alterar as verbas alocadas às rubricas da CF, particularmente devido ao facto de que a extensão do período de execução tem implícita a extensão, por quase um ano do contrato da AT à UGP. Esta extensão tem implícita a redução dos recursos afectos à realização das actividades técnicas previstas no PAMA, aprovado pelos países, e consequentemente na prossecução dos resultados do projecto.

Pelo anteriormente exposto considerou-se fundamental abordar a adenda à CF de forma global.

A Chefe da equipa de AT, informou que já estão reunidos os elementos para justificar os aspectos anteriores e que faltava resumir e organizar a documentação.

Em resposta à pergunta do ON sobre quando poderia estar pronto o esboço da mesma, respondeu-se que no final do mês de Janeiro ou início de Fevereiro tal seria possível.

#### ***Quanto à Adenda ao Contrato de AT.***

O ON indicou que antes de se proceder ao reajustamento dos valores a Agriconsulting deveria fazer o resumo dos dias previstos no contrato e os dias reais, já que por diferentes motivos a taxa de execução do contrato nesta data è inferior à prevista. Por outro lado a AGRI deve preparar diferentes cenários de AT à UGP. O ON instruiu a equipa para informar a AGRICONSULTING no sentido de avançar com o tema com a maior brevidade.

Frisou-se ainda que a Adenda ao Contrato da AT deverá incorporar as MCD, como elemento fundamental para a execução das mesmas.

### ***Quanto à adenda ao OP1***

Tendo em conta que:

- por um lado a adenda global à CF deve incorporar as correspondentes realocações entre rubricas de despesa da CF e do OP1;
- por outro lado, a modalidade de execução das MCD previstas no OP1, estando programadas em modalidade de administração directa, sendo de enorme complexidade e dificuldade de execução, põem em risco a taxa de execução;

Entendeu-se que as MCD devem ser incorporadas no contrato de AT o que implicará o reajustamento no modelos de execução do OP1.

A sequência temporal prevista seria a seguinte:

- Adenda a CF, posteriormente adenda ao contrato da AT e finalmente adenda ao OP1, sendo que a preparação das três adendas deve ser tratada desde já e ao mesmo tempo.

### **4.4 Comité de Coordenação**

A Chefe da equipa informou que estava prevista no OP1 a realização do Comité de Coordenação, como indicado na CF.

***Quanto às datas*** : Propõem-se duas datas: fim de Março ou fim de Junho.

Depois de se terem aprofundado vários aspectos, entendeu-se que em qualquer das duas datas dificilmente estariam realizadas actividades, pelo que o representante da DelCE propos que a reunião do CC seja realizada no final de Julho , data na qual será provável estarem realizadas algumas actividades , proposta que os restantes participantes aceitou.

***Quanto ao local de realização*** : A AT levava a reunião a proposta de ser realizado em Cabo Verde, com base numa sequência de ordem alfabética e tendo em conta que existe toda a infra-estrutura da UGP na cidade de Praia . O representante da DelCe propôs a realização em Moçambique, já que em Cabo Verde foi realizada uma actividade de carácter Regional, no âmbito do contrato da OMS, podendo-se desta forma envolver este país de forma mas activa no projecto.

Analizadas as vantagens e desvantagens desta proposta , acordou-se que fosse realizado um orçamento provisório devendo o aspecto económico ser tido em conta na tomada de decisão sobre o local de realização da reunião do CC. A Chefe da equipa de

AT deu conhecimento de uma proposta do Dr dal Poz, no sentido de aproveitar este evento para realizar, com fundos do contrato OMS, um encontro sobre os sistemas de informação dos RH. Uma vez clarificados alguns aspectos tais como o perfil dos participantes,, os participantes na reunião consideraram que esta proposta era pertinente e sugeriram o seu aprofundamento. O Dr Ngola indicou que no quadro da OMS existem fundos para o desenvolvimento da logística dos SIRH, ao que o Dr Feio questionou se seriam fundos do contrato DelCe \_OMS ou outros. Confirmou o Dr Ngola que estas duas fontes de financiamento poderiam contribuir para o desenvolvimento da logística dos SIRH.

### **Como recomendações de síntese, destacam-se:**

- Lembrar aos países da necessidade do envio de carta formal com a aprovação do PAMA. Neste sentido a chefe de Equipa já enviou e-mail informando sobre esta questão;
- Enviar a Garantia bancária da AGRICONSULTING para a DelCe com a maior brevidade;
- Solicitar aos países documentação disponível sobre os temas a serem analisados nas três MCD;
- Elaborar um caderno de encargos único para as três consultorias e entregá-lo em circuito formal ao ON , juntamente com os TDR para aprovação, posteriormente ao acordo informal por parte da DelCe;
- Realizar uma adenda global à CF, cujo processo deve ser iniciado e estar pronto até ao final de Janeiro, ou início de Fevereiro;
- Realizar uma adenda ao Contrato da AT, que integre as MCD, para facilitar o processo de realização das mesmas;
- Realizar uma adenda ao OP1, que incorpore os aspectos modificados nas adendas anteriores;
- Realizar o CC no fial do mês de Julho;
- Elaborar um esboço do OP2 a apresentar para análise e parecer dos beneficiários na reunião do Comité de Coordenação;
- Realizar uma estimativa de custos sobre a realização da reunião do CC em Cabo Verde ou em Moçambique e decidir nesta base. Se a diferença de custos não for significativa, propor aos países a sua realização em Moçambique;
- Realizar o próximo encontro no dia 15 de Fevereiro, às 10,30 horas, nas instalações da OMS (Prédio das NU).

A reunião concluiu-se com a intervenção do ON, agradecendo aos participantes e solicitando à AT da UG, a realização de um resumo dos temas abordados e respectivas recomendações, a distribuir em formato de memo através de e-mail.

Luanda, 15 de Janeiro de 2010

A Chefe de Equipa de AT à UG do PADRHS\_PALOP

Juliana Garcia